

# “A POBREZA EM CABO VERDE É FEMININA”(?): GÊNERO, RAÇA E POLÍTICAS FAMILIARES EM CONTEXTOS MATRICENTRADOS\*

Andréa Lobo  

Universidade de Brasília (UnB)

Vinícius Venancio  

Max Planck Institute for Social Anthropology

## Introdução

A frase que dá título a este artigo foi proferida em 2019 pela coordenadora de uma instituição de apoio a mulheres em Cabo Verde. Ao explicar os programas sociais voltados às artesãs, ela pontuou que tal foco se dava tanto pela centralidade das mulheres nas famílias, quanto pelo fato de que “a pobreza em Cabo Verde é feminina”. A afirmação se baseava no diagnóstico amplamente veiculado de que uma camada significativa de mulheres se via destinada a encabeçar seus agregados familiares sem o apoio dos pais de seus filhos. Estimulados por nossa interlocutora, que em sua fala reproduzia uma indicação mais ampla e persistente no contexto do debate público sobre famílias em Cabo Verde, o que pretendemos é colocar essa afirmação em suspensão.

Acrescentar um ponto de interrogação nessa afirmativa vai nos permitir, analiticamente, dialogar com algumas convicções que norteiam

---

\* O presente trabalho contou com financiamentos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) [bolsa produtividade em pesquisa processo nº 306227/2023-1 e bolsa GM/GD processos nº 131970/2018-6 e 141565/2020-9] e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal [processo nº 00193-00000226/2023-59]. Agradecemos, também, às pareceristas, cujos comentários em muito contribuíram com o delinear do argumento aqui apresentado.

políticas voltadas para uma camada dessa sociedade, mulheres e suas famílias “em situação de vulnerabilidade”. Tal movimento, acreditamos, tem tanto o potencial de “fazer deslizar significados” que na esfera da política podem estar “fixados”<sup>1</sup> quanto à possibilidade de apresentar aos agentes outros caminhos políticos e narrativos.<sup>2</sup>

O texto abordará as formas como Estado e organizações da sociedade civil, apoiados em programas desenvolvidos no âmbito de acordos de cooperação internacional e por meio de políticas públicas, hierarquizam essas famílias em um discurso de anomia, uma vez que operam uma associação direta entre o fenômeno das denominadas “famílias monoparentais”, ou chefiadas por mulheres, e a pobreza/vulnerabilidade.

Argumentamos que: 1) essa equação tanto expressa quanto reproduz uma alterização contínua e radical das práticas familiares experimentadas às margens do que tem sido historicamente postulado como um ideal (a família nuclear); 2) essa visão continuada define um sistema de lugares e espaços sociais hierarquizados no qual as ditas “mulheres chefes de família” se tornam uma estatística-problema; 3) tal fórmula se assenta na construção de um perfil uniforme e artificial das famílias com mulheres em situação de chefia de núcleos domésticos, sendo estes percebidos como “os mais vulneráveis”. Nossa análise pretende afirmar que tal encadeamento de pressupostos reduz a questão à carência econômica e esvazia tanto as complexidades históricas quanto as possibilidades de perceber que as diversas formas familiares podem ser expressões de construções culturais, ou seja, formas de habitar simbolicamente o mundo.

Compreendemos ainda que as percepções homogeneizantes em torno dos “lares monoparentais femininos”, que permeiam os documentos e políticas aqui analisados, são versões de formulações teóricas que renovam relações coloniais que classificaram, em diferentes contextos sociais, as famílias negras e/ou de classes populares como um “tipo”

---

1 Wendy Brown, *Politics out of History*, Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001.

2 Saba Mahmood, “Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito”, *Etnográfica*, v. 23, n. 1 (2019), pp. 135-175.

marcado pela matrifocalidade, “parcialidade”, “anomia” e “desordem”. Tais conceitos, elaborados pelas ciências sociais em meados do século XX, têm, assim, o potencial de legitimar lógicas de gerenciamentos de populações em que a falta de acesso a direitos acaba por reforçar a ideia de responsabilidade pessoal/familiar pela pobreza. Tal debate será qualificado no próximo item.

Ao cruzar diferentes dados e ancorá-los em uma literatura que se baseia em uma perspectiva relacional – ou seja, que questiona pressupostos de valores familiares “definitivos” como maternidade, conjugalidade e solidariedade –, nosso argumento vai no sentido de sublinhar os processos multifacetados que permeiam as vidas dessas mulheres e de suas famílias. Tal como nos lembra Louis HERNs Marcelin, “a ideia de família não é neutra”,<sup>3</sup> ela é experiência, construção, classificação, ela organiza e reorganiza o (nosso) mundo, portanto as formas como as conceituamos têm o poder de apagar ou sublinhar práticas sociais e maneiras de viver.

Propomos a presente análise com o intuito de demonstrar como essas famílias *se tornam* monoparentais em um processo que tanto produz “sujeitos precários”<sup>4</sup> quanto reproduz o poder de determinadas instâncias na administração de sujeitos e coletividades. Situamos nossas reflexões em perspectivas teóricas que percebem as esferas estatais, administrativas e legais não como simples ordenadores de relações sociais, mas como um campo de “moralidades em disputa”<sup>5</sup> no qual os diversos sujeitos envolvidos podem instaurar suas próprias dinâmicas.<sup>6</sup> Ou seja, nossa inspiração

---

3 Louis HERNs Marcelin, “A invenção da família afro-americana: família, parentesco e domesticidade entre os negros do Recôncavo da Bahia”, Tese (Doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996. p. 36.

4 Claudia Fonseca, “As novas tecnologias legais na produção da vida familiar: antropologia, direito e subjetividades”, *Civitas*, v. 11, n. 1 (2011), pp. 8-23.

5 Fonseca, “As novas tecnologias”, p. 10.

6 Adriana de R. Vianna, “Direitos, moralidades e desigualdades: considerações a partir de processos de guarda de crianças” in Roberto Kant de Lima (org.), *Antropologia e Direitos Humanos* 3 (Niterói: Ed. UFF, 2005), pp. 13-67; Patrice Schuch, *Práticas de justiça: antropologia dos modos de governo da infância e da juventude no contexto pós-ECA*, Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009; Maria Gabriela Lugones, “Obrando em autos, obrando em vidas: formas e fórmulas de proteção judicial dos tribunais

vem de estudos que se interessam pelas possibilidades diversas de gerenciamento da vida, de corpos e populações por meio de agentes, agências difusas e documentos estatais.<sup>7</sup> Dessa forma, é nossa intenção demonstrar, para o caso em tela, como programas, ações e legislações ambicionam ser gatilhos para mudanças sociais que incidam nos comportamentos e dinâmicas – individuais e coletivas – que *deveriam* ser apagadas, superadas, melhoradas em uma lógica do “como deveria ser”.

Para o artigo, acessamos nossas pesquisas em Cabo Verde de forma a trazer ao(à) leitor(a) dois conjuntos de dados que se complementam: 1) programas e políticas do Estado cabo-verdiano no período de 2010 a 2016, ocasião em que o país era governado em âmbito nacional pelo Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV).<sup>8</sup> Tal governo formulou diretrizes para o que viria a ser uma política voltada para as famílias; 2) iniciativas e programas capitaneados por organizações da sociedade civil cujo público-alvo são mulheres de classes populares com o intuito de retirá-las de situações de vulnerabilidade. Nessa seara, analisaremos dois conjuntos de ações, o microcrédito e as ações de “formação” (capacitação) voltadas para desenvolver um artesanato local para o consumo de turistas.<sup>9</sup> Os dados discutidos são de diversas ordens

---

prevencionais de menores de Córdoba, Argentina, nos começos do século XXI”, Tese (Doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009; Fonseca, “As novas tecnologias”; Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho, Antonio Carlos de Souza Lima e Carla Costa Teixeira (orgs.), *Antropologia das Práticas de Poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*, Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2014.

7 Carla Costa Teixeira, Andréa Lobo e Luiz Eduardo Abreu (orgs.), *Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais*, Brasília, DF: ABA Publicações, 2019.

8 Em seu início, o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) fez parte do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Em 1981, após o golpe de Estado de 1980 na Guiné-Bissau, a ala cabo-verdiana do partido separou-se, nascendo o PAICV. Após a independência de Portugal, em 1975, o país foi governado em regime de partido único até 1990, período da abertura democrática. É o partido Movimento para a Democracia (MpD) quem sai vitorioso das eleições e governa Cabo Verde ao longo da década de 1990. O PAICV volta ao poder em 2001, conduzindo os destinos do país por 15 anos. Atualmente, o MpD governa, após as vitórias nas eleições legislativas de 2016 e 2021.

9 As reflexões do artigo são resultado do diálogo entre dois pesquisadores. Andréa Lobo tem se debruçado sobre o entendimento das dinâmicas familiares em contextos de

e foram construídos a partir de distintas técnicas de pesquisa: análise de documentos, entrevistas, conversas informais e observação do cotidiano de nossas interlocutoras. Cabe destaque para o caráter continuado de nossas pesquisas, o que nos permite analisar processos no tempo, trazendo profundidade histórica para as reflexões que seguem.

## Famílias de mulheres: nosso ponto de partida

Tenho cinco filhos, na verdade tive sete, mas dois morreram. O meu primeiro *pai-de-fidju*<sup>10</sup> me deixou com quatro crianças e eu, com todas as dificuldades que tive, aguentei todos! Eu cheguei a ter os papeis<sup>11</sup> para ir para América, mas não fui, pois não podia deixar meus filhos, não tinha como deixar eles com minha mãe e nem com ninguém. E não fui, fiquei e fiz de tudo... vendi bolacha, vendi comida, vendi roupa, fiz o que precisava para criá-los e aí estão hoje, veja você: uma vive na América, outra se casou com um português, esse outro está aqui

---

fluxos migratórios, valores, discursos e objetos nos últimos 17 anos. Suas pesquisas refletem sobre as configurações das relações familiares em uma sociedade marcada pelo movimento como valor, a partir de uma perspectiva que busca resgatar a profundidade histórica dos valores familiares em diálogo. A etnografia aqui esboçada resulta de dados oriundos de seus esforços de pesquisa. Já Vinícius Venancio apresenta dados e análises relativos às pesquisas de campo realizadas em Mindelo (Ilha de São Vicente) e na Ilha de Santiago, respectivamente nos anos de 2017 e 2019, relacionadas ao entrelaçamento das relações familiares e práticas comerciais de diferentes modalidades.

- 10 As expressões “pai-di-fidju” e “mãe-di-fidju”, utilizadas para se referir àquele ou àquela com quem se tem um filho, é singular para o entendimento dos valores hierárquicos associados à filiação e conjugalidade. É sugestivo observar como, no crioulo cabo-verdiano, uma locução substantiva é utilizada tanto para se dirigir ao(à) outro(a) quanto para falar sobre este(a), sendo o filho o laço que une o casal em uma relação que, no limite, pode não mais ser de conjugalidade.
- 11 “Ter os papeis” é expressão corrente para indicar que a pessoa tinha condições de emigrar – os papeis podem significar um visto de entrada, um contrato de trabalho ou mesmo condições hipotéticas que são acionadas para alimentar a expectativa de sair do país e “buscar uma vida melhor” na emigração (cf. Andréa de Souza Lobo, *Tão longe, tão perto: famílias e “movimentos” na ilha da Boa Vista de Cabo Verde*, Brasília, DF: ABA Publicações, 2014; Pierre-Joseph Laurent, “Famílias sob influência de leis migratórias dos países de acolhida: comparação das migrações cabo-verdianas nos Estados Unidos e na Itália” in Andréa Lobo e Juliana Braz Dias (orgs.), *Mundos em circulação: perspectivas sobre Cabo Verde* (Brasília, DF: ABA Publicações: Letras Livres, 2016), pp. 137-197.

comigo (aponta para um rapaz que a ajuda nas vendas), tenho outra fazendo curso superior (na Universidade de Cabo Verde) e tem uma menor que está na escola. Essa última filha foi de outro gajo, nós arranjamos, eu arrisquei né? Mas acabou não dando certo. [...] nos juntamos, ele foi subindo de vida, e foi aí que ele começou com um monte de confusão dentro de casa, foi ficando violento, com outras *pequenas* (mulheres), uma confusão! Até que criei coragem e coloquei ele para fora de casa... porque a casa era minha! E é assim que é, *pai-di-fidju*, tive quatro, todos iguais! Estou sozinha agora, às vezes sinto solidão porque não tenho com quem dialogar, pedir uma opinião, mas com os homens que tive, também não pude compartilhar, sempre fiz minha vida sozinha com a ajuda de minha mãe, meus irmãos que estão fora (emigrados). Agora que os filhos estão grandes e eu com 54 anos, já tenho meus netos, que tenho que ajudar também, então decidi que não quero mais homem na minha vida, homem é só canseira na cabeça, homem é só canseira! (Mirna, Cidade da Praia, março de 2015).

Mirna é uma mulher *negra*,<sup>12</sup> comerciante no Mercado de Sucupira, na capital de Cabo Verde. Seu relato é trazido aqui para situar histórias de vidas e percursos familiares de muitas das mulheres que encontramos em

12 A questão racial em Cabo Verde é complexa e tema sensível. Fundado a partir do sistema de *plantations* e pelo tráfico transatlântico de escravizados africanos, a raça, sem dúvidas, constitui um elemento estruturante do país. Contudo, o censo nacional proíbe a inserção da identificação racial em questionários oficiais (Cláudio Furtado e Andréa Lobo, “As mobilidades e seus (bons) encontros: sobre trajetórias individuais, acolhimentos e diálogos” In Andréa Lobo e Sara Morais (eds.), *Escritas Partilhadas: parcerias em produções etnográficas realizadas em contextos africanos* (Brasília, DF: ABA Publicações, 2023, pp. 44-73. p. 63), prática essa oriunda do advento do lusotropicalismo como ideologia do Estado Novo, regime fascista e colonial que perdurou em Portugal entre os anos de 1933 a 1974. Mesmo com o silenciamento da questão no âmbito das leis e a adoção da criouldade – e da mestiçagem – como face máxima da representação nacional, as hierarquias e concepções raciais persistem no país. Por isso, usamos o termo “negra” para classificar racialmente a nossa interlocutora a partir de uma heteroidentificação – e fazendo uso de um vocabulário gramaticalmente compreensível para o público brasileiro. Como as discussões sobre raça e antinegitude em Cabo Verde são densas e profundas, indicamos os seguintes trabalhos: Deirdre Meintel, *Race, Culture, and Portuguese Colonialism in Cabo Verde*, Syracuse: Maxwell School of Citizenship and Public Affairs, 1984; Rui Cidra, *Funaná, raça e masculinidade: uma trajetória colonial e pós-colonial*, Lisboa: Outro Modo, 2021; José Carlos Gomes dos Anjos e Eufémia Vicente Rocha, “Traços de antinegitude em Cabo Verde”, *Sociologias*, ano 24, n. 59 (2022), pp. 108-136, [DOI](#); Vinícius Venancio, “Nu bem djobi vida li: mobilidades, pertencimentos e tensões da antinegitude na vida de mulheres da África continental residentes na capital cabo-verdiana”, Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2024, [DOI](#).

nossas pesquisas. Nossas interlocutoras são mulheres adultas, mães, na maioria *negras* – ou *pretas*, como dito na Ilha de Santiago – e trabalhadoras do comércio informal – chamadas na Cidade da Praia de *rabidantes*, expressão oriunda do verbo *rabidar* que, no crioulo cabo-verdiano, pode significar se virar, desenrascar, sair de uma situação difícil com poucos recursos. *Rabidar* é ação que sintetiza trajetórias de luta de mulheres que têm no centro de suas relações familiares os laços de filiação ascendentes e descendentes. Ou seja, seus pais e filhos estão no horizonte de seus cuidados e atenção, sendo a figura masculina do companheiro/pai marcada pelo que Andréa Lobo denomina de “pertencimento distante”.<sup>13</sup>

Tal configuração, que articula a centralidade das relações mãe-filhos e a volatilidade conjugal, nos remete a um diálogo teórico sobre tipos familiares associados às populações negras e/ou de classes populares, que teriam como marcas distintivas a mesma equação que descreve famílias como a de Mirna em Cabo Verde: “instabilidade conjugal”, “ausência paterna” e a “relação centrada na díade mãe-filho”.

Marcelin, em seu estudo sobre famílias negras no Recôncavo baiano, elabora um competente e crítico apanhado desse debate<sup>14</sup> e traça os caminhos pelos quais, a partir da centralidade de um dado modelo familiar essencialmente colonial, os cientistas sociais elaboraram teorias sobre famílias negras nas diásporas americanas e caribenhas e de classes populares, operárias ou trabalhadoras na América Latina e Brasil.<sup>15</sup> Conforme argumenta Marcelin, foi principalmente no século XIX que se elaborou um discurso “definitivo” sobre a família no Ocidente – e, conseqüentemente, em outros lugares.

---

13 Lobo, *Tão longe, tão perto*, p. 67.

14 Marcelin, “A invenção da família afro-americana”, p. 01-30.

15 São obras que versam sobre a questão: E. Willems, “A estrutura da família brasileira”, *Sociologia*, São Paulo, v. 16, n. 4 (1954), pp. 327-340; C. Hutchinson, “Notas preliminares ao estudo da família no Brasil,” *Anais da 11ª Reunião Brasileira de Antropologia* – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: ABA, 1955, pp. 261-274. Antônio Cândido, *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*, 11ª ed., São Paulo: Livraria duas Cidades, 1987; Raymond T. Smith, *The Matrifocal Family: Power, Pluralism and Politics*, London: Routledge, 1996; Peter Kunstadter, “A survey of the consanguine or matrifocal family”, *American Anthropologist*, v. 65, n. 1 (1963), pp. 56-66, .

Foi quando a Europa, em sua singularidade cultural, produziu um discurso articulado sobre a diferença e inventariou, documentou, classificou e sistematizou em discursos as suas representações sobre o sexo, o gênero, a família e o parentesco. Estariam aí as bases de representação de uma sociedade civilizada:

baseada sobre o solo e o Estado, as relações de interações íntimas, para serem reconhecidas e admissíveis, devem ser traduzidas em termos matrimoniais,<sup>16</sup> perante as instituições jurídicas, visto que elas põem em jogo a transmissão de bens vitais nas respectivas famílias, bens dos quais o Estado é a última garantia.<sup>17</sup>

O que une tais elaborações? 1) Especialmente nos anos 1970, os pesquisadores teriam assumido um modelo familiar como paradigma central em torno do qual foram construídos os discursos sobre “a” família negra ou da classe popular associados a características como instabilidade, falta de autonomia, parcialidade, desvio e desorganização, sendo que a adjetivação “popular” é usada com frequência de forma a silenciar o debate sobre raça e as desigualdades oriundas desse marcador social da dominação em alguns contextos;<sup>18</sup> e, ainda, 2) tal discurso de anomia acaba por produzir postulados de norma e desordem em um *continuum* hierárquico que reproduz o *continuum* dos negros e pobres nas sociedades dominantes locais, ou seja, essas famílias se apresentam como um problema ou desafio às sociedades.

---

16 Argumento semelhante, a partir de outras bases, é desenvolvido por Oyèrónké Oyèwùmí, *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gêneros*, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

17 Marcelin, “A invenção da família”, p. 2.

18 Em consonância com a proposta apontada por Venancio, *Nu bem djobi vida li*, p. 18, utilizamos aqui a noção de marcadores sociais da dominação por entendermos “que a ideia de ‘diferença’ tende a reproduzir uma suavização das violências que a palavra ‘dominação’ escancara. Por distanciar-me de uma produção acadêmica que ainda está ancorada, direta ou indiretamente, em ideais lusotropicalistas que suavizam a violência colonial perpetrada no Sul global, creio que optar por ‘marcadores sociais da dominação’ faz mais sentido em meio a produção de uma análise crítica acerca das realidades sociais que ocorrem em um ex território colonial português”.

Recuperamos as elaborações críticas de Marcelin a tais formulações teóricas não só porque a sua leitura nos ajuda a inserir o caso cabo-verdiano em um contexto de teorias sobre famílias negras e populares conformadas a partir da diáspora negro-atlântica,<sup>19</sup> mas porque nos aproximamos de seu argumento crítico acerca dos “tipos”. Tal como afirma, não há “a família negra ou de classe popular” enquanto organização social “típica” de uma camada social – étnico-racial ou de classe –, assim como também não existe “a” família como realidade transcendente, cujas normas seriam transversais e universais e as demais, “desvios”.<sup>20</sup> O que há é a experiência familiar como processo, que se constrói a partir dos lugares sociais – das hierarquias étnicas, raciais, de gênero e classe – nos quais tais experiências estão localizadas.

Mas como lidar com a centralidade feminina que marca as relações familiares nos contextos estudados? O conceito de matrifocalidade se tornou um sinal distintivo nesses contextos. Conceituado primeiro no Caribe<sup>21</sup> para tratar das famílias negras, e depois ampliado para dar conta das “famílias sem pais” das periferias dos centros urbanos, o conceito de famílias matrifocais tem sido tanto reproduzido quanto objeto de reflexão e críticas por parte de diversos estudos que articulam dinâmicas familiares, raça, classe e gênero.<sup>22</sup> Em linhas gerais, a literatura recente

---

19 Um bom exemplo de aproximação entre esses cenários é o trabalho de Celeste Fortes, “‘Casa sem homem é um navio à deriva’: Cabo Verde, a monoparentalidade e o sonho de uma família nuclear e patriarcal”, *Anuário Antropológico*, Brasília, DF, v. 40, n. 2, (2015), pp. 151-172, [DOI](#).

20 Marcelin, “A invenção da família”, p. 12-13.

21 Smith, *The Matrifocal Family*, p.10; Nancie L. Solien de González, “The consanguineal household and matrifocality”, *American Anthropologist*, Arlington, v. 67, n. 6 (1965), pp. 1541-1549, [DOI](#).

22 Alfrieta Parks Monagan, “Rethinking ‘matrifocality’”, *Phylon*, v. 46, n. 4 (1985), pp. 353-362, [DOI](#); Klaas Woortmann, *A família das mulheres*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987; Marcelin, “A invenção da família”; Klaas Woortmann e Ellen Woortmann, “Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias”, *Serie Antropologia*, Brasília, DF, 2004; Maria Gabriela Hita, “Geração, raça e gênero em casas matriarcais” in Alda Britto da Motta, Eulália Lima Azevedo e Márcia Queiroz de Carvalho Gomes (orgs.), *Reparando a falta: dinâmicas de gênero em perspectiva geracional* (Salvador: UFBA, 2005), pp. 63-74; Patricia Hill Collins, “Black Women and Motherhood”

busca se distanciar do que Marcelin denomina de “tentação de reduzir a vida familiar a uma simples consequência dos sistemas socioeconômicos em curso”,<sup>23</sup> seja na família negra e operária, seja na pobre e/ou rural. Essa redução produzida pelo conceito, tal como formulado no passado para sociedades caribenhas (e depois estendido), situaria indivíduos carentes em um mundo simbólico miserável no qual toda prática cultural não seria senão o efeito dos modelos dominantes.

Voltaremos a esse tema ao final do artigo. Por ora, posicionamo-nos na mesma linha analítica dos(as) autores(as) supracitados, qual seja, manejando o conceito de forma crítica. Essa foi a tentativa de Lobo ao optar por se referir a uma tendência matrifocal ou matricentralidade na sociedade cabo-verdiana.<sup>24</sup> Ao trabalhar com esses termos, a autora pretende apontar para uma centralidade fundamental da tríade avó-mães-filhos (e não apenas a díade mãe-filhos), se distanciando de uma perspectiva reducionista e negativa dessas experiências familiares. O que essa e outras autoras chamam atenção, sobretudo, é para a diversidade de arranjos, estratégias e experiências que operam nessas famílias.<sup>25</sup> Como

---

in Sarah Hardy e Caroline Wiedmer (eds.), *Motherhood and Space: Configurations of Maternal through Politics, Home and the Body* (New York: Palgrave MacMillan, 2005), pp. 66-80; Márcia dos Santos Macedo, “Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza”, *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 53 (2008), pp. 385-399, [DOI](#); Parry Scott, “O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico” in Parry Scott, *Famílias brasileiras: poderes, desigualdades e solidariedades* (Recife: Ed. UFPE, 2011), pp. 157-182; Lobo, *Tão longe, tão perto*, p.16; Fortes, “Casa sem homem é um navio à deriva”, p.151-174; Paula Balduino de Melo, “Matronas afropacíficas: fluxos, territórios e violências: gênero, etnia e raça na Colômbia e no Equador”, Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.

23 Marcelin, “A invenção da família”, p. 134.

24 Lobo, “Tão longe, tão perto”, p. 22.

25 Tal como Lobo, outras autoras buscam conceitos alternativos que deem conta das dinâmicas locais sem jogar fora totalmente a noção de matrifocalidade. Se Andréa Lobo, em *Tão longe, tão perto*, opta por falar em matricentralidade, Maria Gabriela Hita fala de matriarcalidade para tratar das casas matriarcais chefiadas por mulheres idosas. Paula Balduino de Melo, *Matronas afropacíficas*, nos apresenta as matronas afropacíficas a partir de suas pesquisas na Colômbia e Equador. Marcia Macedo, em *Mulheres chefes de família*, mantém a noção de matrifocalidade, questionando a homogeneidade que o termo carrega ao conceituar famílias chefiadas por mulheres. O

afirma Hita,<sup>26</sup> o modelo familiar matriarcal extenso não é único, nem de negros, nem de pobres, uma vez que os arranjos são múltiplos e transversais.

Isso vale também para a suposta ausência masculina. Tal como salientado no relato de Mirna, é comum que o homem tenha relações afetivo-sexuais com mais de uma parceira, relações que também podem gerar filhos e que conectam esse homem a mais de uma mulher como *pai-di-fidju*. Cabe ressaltar que os sentidos dados à masculinidade passam pela distância relativa do homem ao universo doméstico, especialmente na condição de pai e/ou marido.<sup>27</sup> Tudo isso somado à uma história familiar marcada por um passado escravocrata que, como aponta Eurídice Monteiro,<sup>28</sup> produziu uma violência racial generificada.<sup>29</sup> Ainda, a intensa circulação de homens para além dos limites físicos do arquipélago – fossem portugueses ou *lançados* no período colonial, sejam os emigrantes

---

esforço dessas pesquisas de se distanciar das negatividades associadas ao conceito e sublinhar a diversidade de arranjos que o termo “matrifocalidade” parece ocultar.

26 Hita, “Geração, raça e gênero”, pp. 63-74.

27 Isabel Rodrigues, “As mães e os seus filhos dentro da plasticidade parental: reconsiderando o patriarcado na teoria e na prática” in Marzia Grassi e Iolanda Évora (org.), *Gênero e Migrações Cabo-Verdianas* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007), pp. 123-146. José Manuel Veiga Miranda, “Constituição de masculinidades num contexto de crise do pescador: uma abordagem etnográfica em Rincão, Santiago, Cabo Verde”, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade de Cabo Verde, Praia, Cabo Verde, 2013; Guy Massart, “The aspirations and constraints of masculinity in the family trajectories of Cape Verdean men from Praia (1989-2009)”, *Etnográfica*, v. 17, n. 2 (2013), pp. 293-316, [DOI](#); Manuela Gomes Tavares Furtado e José Carlos Gomes dos Anjos, “Incompatibilidades de Gênero: o caso de São Miguel” in Carmelita de Afonseca Silva e Miriam Steffen Vieira (org.), *Gênero e Sociabilidades no interior de Santiago* (Praia: Editora UniCV; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016), pp. 181-206; Andréa Lobo e Francisco Miguel, “‘Homem é tudo igual!’: relações de gênero e economia dos afetos no arquipélago de Cabo Verde, África”, *Anuário Antropológico*, Brasília, DF, v. 45, n. 1 (2020), pp. 192-212, [DOI](#).

28 Eurídice Furtado Monteiro, *Entre os senhores das ilhas e as descontentes: identidade, classe e gênero na estruturação do campo político em Cabo Verde*, Cidade da Praia: Edições UniCV, 2015; Maritza Rosabal, “As Faces (In)visíveis da Violência de Gênero”, in Carmelita Silva e Celeste Fortes (orgs.), *As mulheres em Cabo Verde: experiências e perspectivas* (Praia: Edições Uni-CV, 2011), pp. 141-166.

29 Denise Ferreira da Silva, *Homo modernus: para uma ideia global de raça*, Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

cabo-verdianos –,<sup>30</sup> contribuiu para conferir certa centralidade às mulheres no interior das famílias, posição reforçada por redes femininas de solidariedade que conectam, no espaço e no tempo, casas e gerações por meio da partilha e da circulação de coisas, valores e pessoas.<sup>31</sup>

Traçado nosso ponto de partida – da importância das mulheres na conformação das redes sociais de parentesco, da centralidade estruturante da tríade avós-mães-filhos e da proximidade-distante do marido-pai do universo familiar –, alertamos para: 1) as diversas possibilidades de arranjos familiares entre nossas interlocutoras, inclusive o nuclear e; 2) as formas de classificar famílias em tais contextos. De acordo com Filipe Martins e Celeste Fortes,<sup>32</sup> as diversas configurações familiares colocam-nos diante de situações em que podemos encontrar:

famílias com mulheres solteiras e chefes de família, mulheres que se assumem enquanto mãe e pai dos filhos (matrifocais), famílias sem a presença do pai (pai abandonado), ou sem a presença da mãe, famílias onde convivem, dentro da mesma casa, mais de duas gerações (os avós, sobretudo a avó, com um papel central na vida dos netos), ou mesmo núcleos familiares geridos por jovens, mas dependentes de familiares, ausentes.<sup>33</sup>

30 José Carlos dos Anjos, “A variação ontológica de raça na modernidade: Brasil e Cabo Verde”, *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 49, n. 1 (2013), pp. 20-25, [DOI](#); Vítor Manuel Klironomos Popinsky, “Fidju di Txan: Comunidade, parentesco e trabalho no sopé do vulcão do Fogo, Cabo Verde”, Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021.

31 Andréa de Souza Lobo, “Crianças em cena: Sobre mobilidade infantil, família e fluxos migratórios em Cabo Verde”, *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 49, (2013), pp. 64-74 [DOI](#). Importante qualificar que partilhamos de uma perspectiva que entende as dinâmicas familiares em sua pluralidade, não sendo nossa intenção, com essa breve caracterização, uniformizar as inúmeras possibilidades de formações e arranjos familiares que nossas interlocutoras lançam mão em suas relações que “fazem família” e nas composições de seus grupos domésticos. Como salienta Lobo, tampouco o recorte de classe é um marcador definitivo de supostos “tipos” familiares nessa sociedade. Lobo, “Tão longe, tão perto”.

32 Felipe Martins e Celeste Fortes, “Para além da crise: jovens, mulheres e relações familiares em Cabo Verde”, *(Con)textos: Revista d’antropologia i investigació social*, n. 5 (2011), pp. 13-29, [DOI](#).

33 Martins e Fortes, “Para além da crise”, p. 18.

Ou ainda, acrescentamos, podemos encontrar arranjos domésticos que se aproximam de um ideal de família nuclear e patriarcal. Um caminho possível para classificar essa diversidade é entendê-la em sua complexidade. Nesse sentido, alinhamo-nos às pesquisas supracitadas que dialogam criticamente com a noção de matrifocalidade como tipo característico de uma suposta família “negra”, de “classe popular”, “operária” e “rural”.

Porém, como veremos a seguir, esse viés que permeou as teorias persiste em orientar as vias escolhidas por agentes estatais e instituições que constroem, operam ou determinam as políticas públicas para as famílias. Concordando com Celeste Fortes, parecemos estar diante de um processo de classificação binário que nos remete a uma

leitura estanque e ao mesmo tempo sentenciadora das dinâmicas familiares em Cabo Verde. Isso significa que o desenho das políticas tem vindo a considerar a família nuclear e patriarcal como modelo ideal, a partir do qual se organizam e se procuram implementar essas políticas.<sup>34</sup>

## **(Dis)funcionalidades e (des)estruturas: perspectivas estatais**

Andréa Lobo acompanhou, no período de 2010 a 2016, os debates sobre a “situação da família” na sociedade cabo-verdiana.<sup>35</sup> Esse foi um período profícuo no cenário político local, pois estava em curso a formulação e implementação do *Plano Nacional de Acção para a Promoção e o Desenvolvimento da Família Cabo-verdiana – 2011-2015* (2011). Ocupando tanto o lugar de pesquisadora como de interlocutora convidada a opinar em mesas redondas, seminários e programas da imprensa local,

34 Fortes, “Casa sem homem é um navio à deriva”, p. 151.

35 As diretrizes mudaram quando o MpD assumiu o governo em 2016. Desde então, novas perspectivas foram trazidas ao debate sobre gênero, família e juventude. Andréa Lobo segue acompanhando as ações e debates sobre o tema; entretanto, não teremos espaço para introduzir tais reflexões aqui.

a pesquisadora teve a oportunidade de entrevistar agentes estatais e não estatais envolvidos no debate, consultar documentos e participar de fóruns de discussão no âmbito da formulação do referido plano. O fato de ter publicado em livro, pela editora da Universidade de Cabo Verde (UniCV),<sup>36</sup> os resultados de sua pesquisa sobre emigração feminina e dinâmicas familiares na Ilha da Boa Vista colocou a pesquisadora como interlocutora no debate, sendo chamada por vozes do movimento feminista local, que buscavam se contrapor aos rumos da política formulada na ocasião.

Dessa forma, os documentos que servem como base para a reflexão neste item são o *Relatório Preliminar sobre a situação de famílias de crianças em situação de risco*, que data de setembro de 2010, e o *Plano Nacional de Acção para a Promoção e o Desenvolvimento da Família Cabo-verdiana 2011-2015* (2011). Ambos fazem parte de um rol de iniciativas de âmbito governamental que visam a uma “estratégia de desenvolvimento centrada na família”. Com tal intuito, em 2009, a estrutura do Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade Social (Decreto-Lei nº 62/2009) foi reorganizada e criou-se o Conselho Nacional da Família e o Serviço de Atendimento à Família. Conforme consta no documento de constituição do Conselho, estariam “criadas as condições institucionais de enquadramento da problemática da família, possibilitando uma abordagem mais global das questões da família, tendo em conta a sua natureza transversal” (República de Cabo Verde, 2009, p. 3).<sup>37</sup>

As bases para as ações do Conselho estariam bem fundamentadas tanto em âmbito nacional quanto internacional. A Constituição da República de Cabo Verde é o ponto de partida da política, sendo recuperado em todos os documentos o seu Artigo 86, que define a família como

elemento fundamental e a célula base de toda a sociedade. [...] A maternidade e a paternidade como valores sociais imanescentes e os poderes públicos e a sociedade como protetores da família de modo a permitir a

36 Lobo, *Tão Longe, tão perto*, p.22.

37 República de Cabo Verde, Decreto-Lei nº 62/2009, p.03, .

criação das condições para o cumprimento da sua função social e para a realização pessoal dos seus membros.<sup>38</sup>

Em nível internacional, na esteira da Declaração da ONU que proclamou o ano de 1994 como o Ano Internacional da Família, através da Organização da Unidade Africana (OUA), em 2004, foi adotada uma resolução e nomeada uma comissão para elaborar um Plano de Ação da Família em África, o qual foi adotado pela Conferência dos Chefes de Estado e Governo. Esse plano tem como principais objetivos, “promover, formular, implementar e monitorizar as políticas e programas, de forma a assegurar a proteção e o apoio da família africana, permitindo desse modo que ela desempenhe o seu papel fundamental mais eficazmente, em prol do desenvolvimento de África” (2004).<sup>39</sup>

Cabo Verde subscreveu a resolução da OUA. É nesse contexto que, por meio da Resolução nº 61/2010, o governo cria o Conselho Nacional da Família. Com composição interministerial e instituições da sociedade civil, tal conselho coordenou a elaboração de relatórios e planos diversos, bem como as consequentes iniciativas que tinham como foco a “proteção e a responsabilização da família para o desenvolvimento social”.<sup>40</sup>

---

38 Cabo Verde, *Constituição da República de Cabo Verde*, Praia, 2010. ☒.

39 União Africana, *Comissão de Trabalho de Assuntos Sociais. Projecto de Plano de Acção sobre a Família em África: contribuição da África ao 10º aniversário do ano internacional da família (AIF)*, Addis Ababa, 2004, p. 06. Pensando o contexto africano de forma ampla, é necessário salientar que essas legislações têm impacto não apenas nas famílias heterossexuais, sejam elas nucleares ou monoparentais, mas também em pessoas e famílias Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pansexuais/Polissexuais/Panromânticos, Não Binárias e muito mais (LGBTQIAPN+), como aponta Keguro Macharia “O Quênia Queer na lei e na política” in Caterina Rea, Clarisse Goulart Paradis e Izzie Madalena Santos Amancio (orgs.), *Traduzindo a África Queer* (Salvador: Devires, 2018), pp. 111-28. para o caso queniano e Miguel para os casos de Cabo Verde (Francisco Paolo Vieira Miguel, “Levam má bô: (homo)sexualidades entre os sampadjudus da Ilha de São Vicente de Cabo Verde”, Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014) e Moçambique (Francisco Miguel, “Maríyarapáxjis: Silêncio, exogenia e tolerância nos processos de institucionalização das homossexualidades masculinas no sul de Moçambique”, Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019).

40 República de Cabo Verde, *Relatório Preliminar sobre a situação de famílias de crianças em situação de risco*, 2010, p. 7.

Tomamos aqui dois documentos oriundos dessa linha de ação, bem como uma das campanhas promovidas e divulgadas nos veículos de comunicação social, a campanha “Ami ê pai” (Eu sou pai). O objetivo é refletir sobre as categorias de (dis)funcionalidades, (des)estruturas e (des) organização no contexto familiar cabo-verdiano, em especial quando o foco recai nas concepções de maternidade e paternidade. Como nos chama atenção Adriana Vianna,<sup>41</sup> normas legais não caem no vazio, sendo resultado de composições com outras ordens de normatividade familiar, menos formalizadas, que interagem, reforçam e/ou competem com a legalidade oficial. Entendendo, portanto, que há uma linguagem moral que constrói a liga entre essas instâncias, pretendemos relativizar as noções de “desagregação” e “crise”, frequentemente associadas ao contexto familiar nessa sociedade.

*O Plano Nacional de Acção para a Promoção e o Desenvolvimento da Família Cabo-verdiana – 2011-2015*<sup>42</sup> parte de um diagnóstico complexo que incorpora dados socioeconômicos, demográficos, de saúde, de bem-estar social etc. Como resultado desse estado da arte, o plano apresenta um quadro geral que pode ser captado nos seguintes parágrafos:

Em termos de estruturação familiar, o país conta com uma grande percentagem de famílias monoparentais, a maioria chefiada por mulheres (quase metade dos agregados familiares cabo-verdianos é chefiado por mulheres), muitas das quais enfrentando situações difíceis, advenientes, em parte, de um contexto ainda desfavorável para as mulheres, o que acentua a sua vulnerabilidade social e económica, com graves implicações na família.<sup>43</sup>

A análise da situação da família cabo-verdiana mostra que a desestruturação familiar, a instabilidade familiar e o crescente número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres, a não responsabilização da paternidade e por vezes da maternidade que caracterizam a sociedade cabo-verdiana, têm tido consequências negativas na vida afectiva e emocional e no desenvolvimento harmonioso de crianças e jovens, o que faz com que o país seja confrontado com situações

41 Vianna, “Direitos, moralidades e desigualdades”, pp. 13-67.

42 República de Cabo Verde, *Plano Nacional de Acção para a Promoção e o Desenvolvimento da Família Cabo-verdiana 2011-2015*, Praia, 2011.

43 República de Cabo Verde, *Plano Nacional*, p. 40.

de marginalidade e de desequilíbrio que comprometem o futuro das gerações mais novas.<sup>44</sup>

Categorias como monoparentalidade, unidades chefiadas por mulheres, não assunção de paternidade e maternidade, instabilidade, desestruturação e disfuncionalidade são pontos de partida para as ações propostas no capítulo seguinte do plano, as quais envolvem diversas instâncias governamentais que teriam como propósito reverter um quadro de vulnerabilidade social e econômica que tem uma dimensão de circularidade no plano. Ou seja, a família aparece ora como vítima, ora como origem das situações entendidas como problemáticas – leia-se, pobreza, violência, desigualdade, marginalidade, desestrutura, disfuncionalidade. Todavia, em ambos os cenários, é levado à cabo um processo de hiper-responsabilização das famílias sobre o insucesso dos seus membros, ainda que tal cenário remeta a problemas estruturais de inaccessão à educação, trabalho e diversos direitos.

Em buscas por materiais produzidos no âmbito da formulação do plano, foi possível encontrar um relatório elaborado por uma instituição de pesquisa, o Centro de Estudos para o Desenvolvimento. O *Relatório preliminar sobre a Situação de famílias de crianças em situação de risco*<sup>45</sup> apresenta um diagnóstico ainda mais detalhado. Uma vez que tem como objeto de atenção as crianças em situação de risco, ganham centralidade as concepções e práticas locais em torno da maternidade e paternidade. Vejamos alguns trechos do relatório:

De facto quando se parte de um tipo de família estruturalmente fragilizada, seja em função da pobreza seja em função da dinâmica de afirmação do relacionamento plástico, indutor da solteirização da sociedade, é dado assente que ela vem perdendo sua característica de eixo norteador, já que despojada de referenciais simbólicos e amputada de bases materiais e humanas que levem à completude do núcleo [...]. Por essa via, vem se tornando cada mais visível o fenómeno de decom-

44 República de Cabo Verde, *Plano Nacional*, p. 54.

45 Centro de Estudos para o Desenvolvimento. *Situação de famílias de crianças em situação de risco. Relatório Preliminar. Direcção Geral da Solidariedade Social e Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente*. Cidade da Praia, 2010.

posição de redes familiares, primeiro pela ausência de um dos seus membros, normalmente o elemento paterno, depois pela inconstância da referência materna, dada a sobrecarga laboral adviniente da necessidade acrescida de a mãe prover o lar. Sem pai e parcialmente com a mãe, os filhos são obrigados a reinventar a paternidade e a retraçar as hierarquias familiares.<sup>46</sup>

Mais à frente:

Nas zonas rurais de Cabo Verde existia uma forte tradição dos avós, familiares e padrinhos ajudarem na educação dos filhos, sobretudo no caso de famílias numerosas e com dificuldades. Outras vezes, dar um filho para criar estava inscrito no princípio e nas redes de solidariedade existentes, uma vez que o filho dado a outrem para criar constituía uma importante companhia para os mais velhos e ajuda importante seja nas tarefas domésticas ou nos trabalhos agrícolas. Hoje em dia essa tradição tende a desaparecer, ainda que em casos de extrema necessidade existam famílias que apoiam as que estão com necessidades, não tendo quaisquer condições de assegurar a cobertura das necessidades básicas da família. Os dados do inquérito mostram que nas famílias inquiridas ainda é significativa a presença de crianças criadas por outrem, o que pode sublinhar as condições precárias desses agregados familiares.<sup>47</sup>

Além da repetição das categorias já destacadas a partir do plano, o relatório foca na qualidade das relações conjugais em Cabo Verde e suas consequências para a vida das crianças que, face à ausência do elemento paterno e inconstância emocional da mãe, não encontrariam no ambiente doméstico referenciais adequados para sua plena formação social e estabilidade emocional.

Ambos os documentos revelam ambiguidades e paradoxos que não podem passar despercebidos em nossa análise. O trecho acima, ao recuperar o que aparece como um “modo tradicional de organização familiar” que obedeceria a um “princípio de redes de solidariedade”, valoriza tais práticas e conecta o problema atual ou à perda de uma tradição, ou a uma incapacidade de tal modelo se atualizar de forma eficiente no Cabo Verde contemporâneo. Como consequência, as relações

46 Centro de Estudos para o Desenvolvimento, *Situação de famílias*, p. 27.

47 Centro de Estudos para o Desenvolvimento, *Situação de famílias*, p. 85.

entre homens e mulheres são lidas pela via da instabilidade e as formas de constituir laços de maternidade e paternidade como fontes de vulnerabilidade, violência e precariedades de diversas ordens.<sup>48</sup>

Interessante notar que, ao mesmo tempo que indica que a solidariedade vivida em um contexto tradicional tende a desaparecer nas periferias urbanas, reconhece que “em casos de extrema necessidade existam famílias que apoiam as que estão com necessidades”,<sup>49</sup> assim como observam a circulação de crianças entre as unidades como marca fundamental dos laços de reciprocidade nessa sociedade, tal como já descrito por Lobo.<sup>50</sup> Entretanto, diferentemente de uma leitura que privilegia a solidariedade, o documento lê a realidade pela via da precariedade. Certamente, há mudanças importantes a serem observadas quando os cenários mudam no tempo e no espaço, porém, a informação de que os laços de solidariedade já não operam não tem equivalência com pesquisas publicadas sobre o tema.<sup>51</sup> O que não significa dizer que a vulnerabilidade, violência e os desafios diversos não permeiam tais contextos.

Além disso, os documentos revelam uma relação causal entre agregados monoparentais – vulnerabilidade – e solterização da sociedade – marginalidade e desequilíbrio do país. Desse encadeamento, queremos registrar duas dimensões: 1) a monoparentalidade, aqui sinônimo de chefia feminina, aparece como uma anomia, como um problema. Assim, ela é desconectada da “centralidade feminina” enquanto uma prática que organiza as dinâmicas familiares nessa sociedade, ou seja, um recurso, uma

---

48 Se nossa leitura está correta, tal interpretação dos fatos é parcialmente partilhada pelo historiador, intelectual e Ministro do governo PAICV à época da pesquisa, o cabo-verdiano António Correia e Silva (António Correia e Silva, *Dilemas de Poder na História de Cabo Verde*, Lisboa: Rosa de Porcelana Editora, 2015, p. 81).

49 Centro de Estudos para o Desenvolvimento, Situação de famílias de crianças em situação de risco, p. 30.

50 Lobo, “Crianças em cena”, p. 68.

51 André Omisilê Justino, “A Esperança do Amanhã: cuidados, carinhos e castigos em uma etnografia com crianças caboverdianas”, Tese (Doutorado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, UnB, 2022; Redy Lima, “Thugs: vítimas e/ou agentes da violência?”, *Revista Direito e Cidadania*, v. 30, pp. 191-220, 2010; Redy Lima, “Bairros desafiados e delinquência juvenil: o caso do bairro da Achada Grande Trás”, *mimeo*, 2012.

estratégia face aos valores de filiação e conjugalidade já tão retratados na literatura sobre as dinâmicas familiares em Cabo Verde; 2) por fim, cabe destacar a continuidade entre família e nação presente nos documentos, sendo o insucesso da família causa e consequência de um desenvolvimento ainda não alcançado pelo Estado-nação. Daí a necessidade de ações do Estado centradas na família, fonte do problema e lugar de solução.

Nesse sentido, foram inúmeras as iniciativas realizadas, e em diversas frentes – desde a reformulação da legislação, criação e fortalecimento de instituições que trabalhavam na assistência às famílias e seus membros, até o estabelecimento de parcerias, criação de um sistema de informação e a realização periódica de campanhas de sensibilização. Mães, mas sobretudo pais, estavam no foco de ações que visavam agir sobre uma das facetas do “problema da família em Cabo Verde”, a questão da “paternidade ausente”.<sup>52</sup>

Na próxima seção, traremos o exemplo da Campanha “Ami ê pai”. Conhecer a campanha e seu conteúdo nos ajudará a conectar as perspectivas presentes nas políticas e como são expressas ao público-alvo. Essa mediação será importante para explorarmos as diversas facetas que tal discurso assume.

## **A campanha Ami ê Pai: modelando famílias**

Lançada no dia 19 de março de 2013, a campanha tinha por finalidade sensibilizar a sociedade para a importância e o papel dos pais no desenvolvimento dos filhos. Convidamos os(as) leitores(as) a acessarem os *links* disponíveis nas notas de rodapé antes de seguir com a leitura.<sup>53</sup>

---

52 De acordo com dados de 2016, num total de 140.685 agregados familiares, 46,7% são sustentados econômica e afetivamente pelas mulheres e, destes, 27,9% são considerados famílias monoparentais femininas (INE. *Mulheres e homens em Cabo Verde. Factos e números*. Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. 2017, [link](#))

53 Os vídeos estão disponíveis em: *Spot 1 – Testemunhos*: [link](#); *Spot 2 – Participe da vida de seu filho*: [link](#); *Spot 3 – Campanha Ami ê Pai*: [link](#) (Último acesso aos links em 10 de janeiro de 2024).

Como poderão ver nos três *spots*, veiculados na televisão cabo-verdiana durante alguns meses, a figura do pai surge de forma a ligar este homem a diferentes momentos da vida dos seus filhos.

Figura 1  
Imagem da Campanha Ami é Pai<sup>54</sup>



O primeiro vídeo é composto por dois momentos que contrastam tristeza e alegria. No início, dois jovens lamentam a ausência do pai em suas vidas. Em seguida, uma jovem declara que não tem o nome do pai na carteira de identidade. Na segunda parte, com alegria, vemos em sequência dois irmãos declararem “nosso pai é pai todos os dias”, uma filha expressar a importância de ter um pai próximo em sua vida ao resgatar a memória dos momentos importantes nos quais ele esteve presente. Seguimos com uma criança dizendo “Eu amo meu papai” e terminamos com um pai declarando: “um filho precisa de um pai assim como um pai precisa de um filho”.

No segundo, temos uma situação na qual o casal não mora na mesma casa e a filha liga para o pai para lembrar que ela tem aula de balé e que ele está atrasado. De acordo com sua expressão, ele havia esquecido!

54 Disponível em [🌐](#) (Último acesso em 10/01/2024).

O pai corre para cumprir sua função e é recompensado pela alegria de participar desse momento importante. A mãe aparece em segundo plano.

No último vídeo, vemos um homem na maternidade aguardando o nascimento de seu filho. Em sua imaginação, ele antecipa momentos importantes da vida do filho nos quais deseja estar presente: infância, estudo, casamento, alegrias e tristezas, até a velhice. Ele se imagina como um companheiro que “sempre estará lá”.

Destacamos alguns elementos. Em primeiro lugar, o ambiente em que as cenas acontecem: urbano e de classe média, em que o homem parece ter os meios financeiros considerados adequados para atender às necessidades dos filhos – casa, carro, perfume, aula de balé. Em segundo lugar, as trajetórias de vida expressam um padrão a seguir. Por exemplo, quando o homem do último vídeo imagina a vida de seu filho, as cenas retratam uma infância com os pais juntos, estudo, universidade, casamento, netos – trajetória que revela um ideal de vida particular e associado à imagem de família normativa ou nuclear, ou seja, a imagem hegemônica de sucesso para um ideal ocidental-capitalista. Em terceiro lugar, o apelo sentimental está presente nas três cenas por meio das imagens, mas é especialmente acionado pela música do artista Batchart. Tal como expresso no anúncio da campanha: “Com o objectivo de apelar aos sentimentos, a campanha tem uma música oficial. Trata-se do tema ‘Dádiva Divina’, que integra o álbum ‘Wikileaks’, o primeiro do jovem artista Edson Silva, mais conhecido por ‘Batchart’”.<sup>55</sup> A letra expressa o amor de um pai por seu filho.<sup>56</sup> É uma declaração de que ele estará sempre presente e que seu amor é incondicional. A mensagem que encerra cada um dos vídeos sintetiza a mensagem da canção: “esteja presente na vida do teu filho”.<sup>57</sup>

---

55 Fonte: [🔗](#). (Último acesso em 10 de janeiro de 2024).

56 Não temos espaço para desenvolver aqui, mas devemos sinalizar que a mãe é foco da música e poesia cabo-verdiana, sendo homenageada por diversos compositores como alvo de devoção e amor.

57 Para quem tiver interesse, segue o link do clipe da canção: [🔗](#) (Último acesso em 10 de janeiro de 2024).

Andréa Lobo estava em Cabo Verde quando essa campanha foi veiculada e teve a oportunidade de conversar com algumas pessoas sobre o tema. A primeira reação de seus interlocutores foi positiva: “a campanha é linda, emocionante e importante”. Porém, à medida que a conversa avançava, as pessoas começavam a refletir nos seguintes termos: “mas isso não vai mudar as coisas aqui em Cabo Verde!”.

O que pareciam querer expressar é que a campanha não se conectava com a realidade local, com a “maioria do povo” cabo-verdiano! Tal reflexão nos permite pensar nas perspectivas de mundo expressas nos vídeos, nos documentos e em demais ações recorrentes deles, ações em nível de governo. É interessante explorar dois aspectos a esse respeito.

Em primeiro lugar, as aproximações e distanciamentos entre a mensagem e o público que se deseja alcançar. Se, como mencionado acima, há uma distância entre o que os vídeos expressam e o público para o qual se destina, por outro lado, a mensagem é partilhada pela audiência, afinal é gramatical afirmar que homens-maridos-pais são ausentes e distantes, e que isso é um problema. O que as cenas veiculam parece ser, portanto, um ideal a perseguir. É o que Celeste Fortes, ao se remeter a uma de suas interlocutoras, denomina de “família bonita na fotografia”.<sup>58</sup> Já no âmbito dos debates sobre o Plano Nacional a ser implementado, seus opositores refletiam no mesmo sentido, de que o plano estaria desconectado da realidade da maioria da população, sendo, portanto, não só ineficaz, mas excludente e possível foco de mais vulnerabilização, dessa vez produzida pela própria política de proteção. O que nos leva ao segundo ponto.

No início deste artigo, apresentamos as diferentes dimensões desses universos familiares e os inserimos em um cenário mais amplo de teorizações sobre famílias negras e de classes populares. No que se refere ao homem e à paternidade, cabe lembrar que a boa questão não é a de que o homem “individualmente” deseja se afastar dos filhos. Os dados nos remetem ao fato de que ter família, sobretudo ter filhos, é um valor importante tanto para mulheres, quanto para o homem, sendo fator central na

---

58 Fortes, “Casa sem homem é navio à deriva”.

construção de sua masculinidade.<sup>59</sup> Portanto, o que está em questão não é apenas a decisão individual de estar próximo ou distante, mas todo um sistema estrutural que atualiza certas performances de masculinidade e feminilidade, questões que trazem dilemas individuais, disputas, tensões e conflitos para e entre homens e mulheres.

Chamamos a atenção para o fato de que, se o diagnóstico de ausência masculina é amplamente partilhado nesse sistema social, deste se distancia quando conclui pela via da responsabilização e da culpabilidade, em um discurso que descreve as dinâmicas familiares locais pela via da desestrutura e da disfuncionalidade. Tal processo redundando na classificação das famílias como monoparentais, nomenclatura ampla e monolítica que, na verdade, abarca em si uma diversidade de arranjos e relacionais que não necessariamente correspondem a essa noção de ausência. Veremos a seguir, com Raquel, que a proximidade paterna e conjugal não se reduz à presença ou ausência física deste na casa. Como nos chama atenção Márcia Macedo,<sup>60</sup> faz-se urgente a necessidade de repensar os vetores que sustentam políticas, quais sejam: domicílio chefiados por mulheres ou mulher chefe de família.

Assim, tal como Celeste Fortes pretende em seus estudos, faz-se necessário problematizar essa ideia de ausência masculina a partir dos “significados que mulheres atribuem a essa ausência masculina em linha com os significados socioculturais que os cabo-verdianos atribuem a uma casa com homem e a uma casa sem homem”.<sup>61</sup> Voltaremos a essa reflexão ao final do artigo. Por ora, ampliamos nossas reflexões para o universo de algumas das instituições não governamentais que trabalham

---

59 Lobo e Miguel, “Homem é tudo igual!”; José Carlos Gomes dos Anjos e Talina Ben’Holiel Pereira Silva. “‘Lasu Branku’: sobre as condições de possibilidades de uma masculinidade feminista em Cabo Verde” in Eufémia Rocha & Miriam Vieira (eds.). *Gênero em contextos cabo-verdianos: trânsitos de pesquisa Brasil-Cabo Verde*. (Praia, Cabo Verde: Edições Uni-CV; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021), pp. 141-165.

60 Macedo, “Mulheres chefes de família”, p. 389.

61 Fortes, “Casa sem homem é navio à deriva”, p. 153.

em prol do empoderamento feminino – contudo, reproduzindo visões aqui já destacadas.

## **As ONGs modelando mulheres para as famílias**

Se as questões previamente levantadas mostram o Estado cabo-verdiano enquanto uma figura central para a normatização das famílias a partir de uma ótica patriarcal-nuclear, é necessário observar, como postulam Durão e Lopes,<sup>62</sup> o cenário mais amplo, sendo ele composto por diferentes instituições que retroalimentam e fortalecem discursos e práticas hegemônicas. Dito de outra forma, precisamos observar também outras instituições responsáveis por difundir padrões de comportamento, cujas ações podem retroalimentar ou colidir com aquelas advindas das políticas estatais. Para trazer luz a essa situação no âmbito dos discursos sobre as estruturas familiares em Cabo Verde, apresentamos o papel das Organizações Não Governamentais (ONGs) que têm, por mote central, a questão da desigualdade baseada no gênero, ou seja, aquelas voltadas primordialmente para o apoio às mulheres cabo-verdianas.

Organizações com esse escopo surgiram no país no início dos anos 1980. Sua emergência ocorre em confluência com o debate internacional em torno da Década para as Mulheres das Nações Unidas, ocorrida entre 1976 e 1985, coincidindo com os primeiros anos de independência de Cabo Verde. A primeira a ser criada foi a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV), cujo mote é a promoção dos direitos e dignificação das mulheres. Fundada em 27 de março de 1981 por “várias mulheres que participaram no processo da luta de libertação nacional”<sup>63</sup> em meio aos trabalhos da Década para as Mulheres, surgiu “a fim de dar respostas a

---

62 Susana Durão e Daniel Seabra Lopes, “Introduction: institutions are us?”, *Social Anthropology*, v. 19, n. 4, 2011, p. 363-377.

63 Clara Castilho, *Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV)*, [E](#).

problemáticas relativas ao então conceito político de mulher”<sup>64</sup> no Cabo Verde pós-independente. Onze anos depois, com escopo de trabalho semelhante, a Associação de Apoio à Auto-Promoção da Mulher no Desenvolvimento (Morabi) foi reconhecida pelo governo cabo-verdiano, em 28 de março de 1992 – ou seja, nos anos iniciais do pluripartidarismo no país.

Trazemos as informações sobre a criação dessas ONGs por duas razões que vão para além da centralidade de suas ações no cenário nacional. Primeiro, porque é importante atentar para os períodos de criação de cada uma delas. São momentos em que o debate sobre gênero – e, consequentemente, sobre família – estava em confluência com momentos ímpares da história de consolidação de narrativas sobre a nação na política nacional. Segundo, porque ambas representam bem a maior parte das ONGs estabelecidas no país, cujo trabalho é focado na questão da desigualdade baseada no gênero, sendo seus principais debates a saúde e direitos da mulher, violência baseada no gênero, capacitações profissionais para garantir rendimentos para as mulheres, financiamento de microcrédito, entre outros. De modo geral, são instituições que atuam na área e tem como prioridade a viabilização de melhores condições de vida para aquelas mulheres que não contam com apoio dos seus *pais-di-fidju* ou vivem situações de violência.

Como apontam Andréa Mossab e Miriam Vieira,<sup>65</sup> nas ONGs existem dois perfis de atividades construídas para viabilizar o empoderamento econômico das mulheres-mães cabo-verdianas: o microcrédito e as formações – propostas cuja efetividade é tensionada pelas autoras. A modalidade de empréstimo via microcrédito, observada por Vinícius Venancio em 2017, surge no país no início dos anos 2000 – momento imediatamente seguinte às políticas neoliberais de austeridade fiscal

---

64 Carla Indira Semedo, “Mara sulada e dā ku torno: performance, gênero e corporeidades no Grupo de Batukadeiras de São Martinho Grande”. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009, p. 78.

65 Andréia Moassab e Miriam Steffen Vieira, “Políticas de Gênero e Desenvolvimento em Cabo Verde”, *Revista TOMO*, n. 28 (2016), pp. 51-71. 

imputadas por organizações internacionais como o Banco Mundial<sup>66</sup> –, visando apoiar quem tinha ou queria começar um negócio comercial. De acordo com Joana, então diretora de um programa de microcréditos no país, o público-alvo foi delimitado nas mulheres, pois a taxa de desemprego as afetaria mais, principalmente mães-solo, com baixo nível de qualificação profissional e educacional, que sofreriam com a “ausência física, financeira, psicológica e emocional do companheiro” (Joana, Mindelo, março de 2017). Ainda segundo Joana, essa parcela da população encontraria dificuldades em realizar empréstimos nos bancos devido às suas demandas burocráticas, recorrendo assim às ONGs, ainda que as taxas de juros nem sempre sejam as mais favoráveis.

O programa de microcrédito foi elaborado para garantir a autonomia financeira dessas mulheres, para que elas pudessem garantir seu sustento por meio de um negócio e assim melhor custear a habitação, alimentação, saúde e educação delas e dos filhos. O programa era entendido pela gestora de outra ONG como uma forma de facilitar o acesso ao crédito “sem dar o peixe, mas a vara”, ou seja, promovendo ideais meritocráticos de trabalho como forma de garantir um futuro adequado para as mulheres e seus familiares.

Com o aumento gradual dos pedidos de microcréditos no decorrer dos anos 2010, os primeiros “casos de sucesso” começaram a surgir e as conquistas familiares oriundas deles foram denominadas como “filhos do microcrédito”. É justamente através deles, os filhos, que percebemos a confluência do debate de gênero com o de família, uma vez que o sucesso de quem faz o empréstimo é mensurado por meio da mudança na trajetória dos filhos. Um dos casos mais famosos dos “filhos do microcrédito” foi o de Raquel, uma senhora que, em 2017, época da pesquisa, possuía 50 anos e que havia recebido o título de cliente do ano em 2015 em uma das organizações. Moradora do Mindelo, Raquel começou sua vida como comerciante ainda nos anos 1990, sendo antes doméstica. Ela costumava

---

66 Jason Hickel, *The divide: A brief guide to global inequality and its solutions*, New York: William Heinemann, 2017.

expor os seus produtos na Praça Estrela, um dos principais conglomerados comerciais da cidade, antes mesmo da construção dos primeiros quiosques no espaço.

Raquel fez seu primeiro empréstimo no programa de microcrédito no valor de 10 mil escudos cabo-verdianos. Depois ela tomou 100 mil escudos, seguido por 200 mil, depois 300 mil e por último, tomou 500 mil escudos em meados de 2016.<sup>67</sup> Com essa progressão, deixou de expor seus produtos no chão da Praça Estrela, como fazia nos primeiros momentos da sua atividade comercial, e, em 2017, era locatária de cinco bancas no conglomerado, fornecendo serviços de beleza, assim como venda de produtos comprados por ela no Brasil, Senegal e Portugal.

Mas o resultado que dava mais orgulho a ela não era o de suas lojas, e sim o dos seus três filhos. O *kodê* (mais novo), que na época tinha 23 anos, morava com ela e cursava ensino superior no país. Já a filha mais velha, então com 32 anos, estava na França finalizando o seu mestrado, ao passo que a do meio, de 26 anos, era modelo e havia trabalhado em uma empresa de televisão na Angola. O sucesso dos seus três filhos seria a representação do seu sucesso enquanto mãe, mulher e comerciante. Mesmo que vivesse com o *pai-de-fidju* dos seus três filhos, ela se considerava a chefe da sua família e compreendia o crescimento da mesma a partir de si, afirmando que “mulher que luta é assim mesmo”.

Mas como as ONGs conseguem fornecer tais montantes de empréstimo para as mulheres? Por um lado, o sistema se retroalimenta por meio dos juros. Porém, também entram em cena acordos de cooperação em âmbito internacional com os governos de outros países, como do Japão, França e Luxemburgo, assim como com o Banco Mundial e outras instituições públicas e privadas nacionais. Essa aliança requer

---

67 Em 2017, a cotação era de aproximadamente 28 escudos cabo-verdianos para cada um real. Ressaltamos que a cotação da moeda é fixada no euro, pareada em 1 euro para 110,67 escudos cabo-verdianos (CVE).

contraprestações, tal como aponta Kaitlin Dearham ao analisar a questão da soberania das ONGs pró-LGBTQIAPN+<sup>68</sup> no Quênia.<sup>69</sup>

De acordo com Dearham, uma das contra-dádivas demandadas pelas instituições internacionais aparenta ser o endosso na solidificação dos ideais “ocidentais liberais”. Nesse caso, é introjetada de forma capilar a ideia de família nuclear como modelo a ser seguido para solucionar a vulnerabilidade na qual as famílias monoparentais se encontram, principalmente por meio da valorização da presença e do papel dos homens enquanto pai (e cônjuge). Essa postura era notável nos cartazes sobre paternidade – como os da campanha “Ami ê Pai” – e saúde sexual afixados nas paredes das organizações, que realizavam um apelo moral junto à responsabilidade desses homens para com seus filhos e companheiras.

Outra atividade desempenhada pelas ONGs para fomentar a segurança financeira das mulheres chefes de família são as formações profissionais. Trazemos aqui o exemplo de um programa voltado para a recuperação do artesanato nacional e produção de *souvenirs* “genuinamente” cabo-verdianos, observado por Vinícius Venancio em 2019 na Ilha de Santiago.<sup>70</sup> Tal programa, que contou com parceria financeira de uma ONG italiana e órgãos nacionais, foi apresentado por suas coordenadoras como alicerçado em três objetivos centrais: 1) o empoderamento econômico das artesãs; 2) a recuperação da cultura material cabo-verdiana; e 3) a produção de *souvenirs* na união do artesanato com o turismo.

---

68 Organizações a favor das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, *Queer*, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pansexuais/Polissexuais/Panromânticos, Não Binárias e muito mais.

69 Kaitlin Dearham, “As ONGs e o Ativismo das Mulheres Queer em Nairóbi” in Caterina Rea, João Bosco Soares da Fonseca e Ana Catarina SILVA (orgs.), *Traduzindo a África Queer II: Figuras da dissidência sexual e de gênero em contextos africanos* (Salvador: Devires, 2020), pp. 79-97.

70 Resumidamente, o genuinamente cabo-verdiano é entendido pelas artesãs e diretoras do projeto como aquele produto feito por mãos de cabo-verdianas, com matéria-prima cabo-verdiana, contando a história do país. Para uma discussão mais aprofundada sobre a questão, ver Vinícius Venancio de Sousa, “Created in Cabo Verde: discursos sobre a nação na produção de *souvenirs* ‘genuinamente’ cabo-verdianos na ilha de Santiago”, Dissertação (Mestrado em Antropologia), Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2020.

Nesse contexto, as mulheres foram entendidas como “as reais guardiãs do conhecimento artesanal”, uma vez que foram recuperadas algumas peças pertencentes a seu universo de trabalho, como a cerâmica e o corte e costura.

Já nos primeiros momentos, em 2014, o projeto forneceu capacitação nas atividades supracitadas para 164 pessoas formadas no projeto. Entre elas, apenas três eram homens, ainda que a produção de panaria, uma das atividades artesanais recuperadas pelo projeto, seja considerada uma prática historicamente masculina. As formações contaram com aulas teóricas, que se pautavam nos debates sobre questões de gênero, autocuidado e autoestima, e aulas práticas, que além de ensinar a técnica da produção do artesanato por meio das anciãs que detinham o conhecimento do processo de produção, contava também com cursos de gestão de negócios.

O que nos interessa nesse projeto é a sua semelhança com o programa de microcrédito no que tange à repetição da díade mulher-mãe. Dessa forma, a formação para o artesanato teve como público senhoras, mães, com nenhuma ou pouca experiência profissional na área e baixa escolarização formal. Como maneira de garantir a presença delas na capacitação sem gerar maiores transtornos para com as responsabilidades familiares dessas mulheres, as formações ocorreram nas zonas de residência das artesãs e mestras, o que não era prática recorrente da ONG.

A relação – quase que automática – entre mulheres, família e maternidade surgiu também quando as coordenadoras do projeto explicaram o funcionamento da atividade. Ao serem questionadas sobre o que seria o “genuinamente cabo-verdiano”, uma das coordenadoras apontou que é o fato de ser composto por peças “produzidas por mãos de mulheres cabo-verdianas. Então, quando dizemos que essas peças são feitas por mãos de mulheres cabo-verdianas, quer dizer que quem as adquire está a ajudar, e muito, uma família – nem dizemos uma pessoa” (Maria, junho de 2019). Ou seja, é um ponto de partida que embasa as ações o fato de que as mulheres são as responsáveis pelos seus agregados familiares, bem como a consequente relação disso com a condição de vulnerabilidade.

Discurso semelhante também estava presente em outra instituição, cujo foco era auxiliar mulheres-mães a aferir mais renda através do artesanato “genuinamente” cabo-verdiano. Com atividades iniciadas em 2019 em uma vila piscatória ao leste da Ilha de Santiago e gerida por Isabela, uma jovem italiana, essa organização tinha por proposta “economizar através da arte”.

Por meio do projeto, a idealizadora pretendia ensinar princípios de economia doméstica. E esse ensinamento começa a partir do lucro da ONG. Este é dividido da seguinte forma: 50% do lucro retornava para o caixa do projeto para custear a compra de matéria-prima e ferramentas e a outra metade era das artesãs. Todavia, o montante direcionado às artesãs era dividido em duas metades: uma parte era entregue para as “mães” e a outra parte iria para um “cofre virtual” em nome das crianças. Os recursos lá depositados seriam destinados para gastos com a educação das crianças, como a compra de material escolar e o pagamento de propina – taxas obrigatórias de matrícula – para as escolas. Mesmo assim, quase todas as mulheres tendiam a deixar os 50% do lucro destinados a elas integralmente no cofre.

A ideia do cofre, proposta por Isabela, surge como uma forma de garantir uma boa gestão do dinheiro, visto que ela acreditava que se “tens 10 escudos, vai gastar 11” (junho de 2019). Esse pensamento endossava a ideia já discutida de que as famílias monoparentais seriam vulneráveis e necessitariam de ajuda para se sustentar e gerenciar recursos – ou seja, demandariam tutela. Aqui, como nos documentos já analisados, percebemos uma circularidade nas percepções sobre tal universo familiar. Ao mesmo tempo em que é alvo de “ajustes” e de ações para sua “melhoria”, ele é também um meio de cativar os compradores para os produtos da ONG, como na frase que constava na etiqueta dos produtos do segundo projeto: “comprando esse produto você contribui para a subsistência rural de mulheres e seus filhos na Ilha de Santiago”.

Aqui, cabe chamar atenção para dois pontos. O primeiro é como a “alteridade” que essas mulheres representam no circuito turístico majoritariamente oriundo do Norte Global é capitalizada para auferir lucros. Além disso, o segundo ponto é a observada confusão entre condição

econômica, vulnerabilidade e configuração doméstica, operando uma relação entre ambas de tal forma que resolvendo o primeiro fator, os demais estariam solucionados.

Daí a necessidade de nos atermos aos diferentes meios pelos quais o debate sobre família pode emergir. No caso das ONGs cabo-verdianas, o gênero era usado como definidor da noção de família, ou seja, condicionando a existência das mulheres adultas em função da maternidade e viabilizando apoio a elas a partir disso.<sup>71</sup> Enquanto isso, os homens quase não eram convidados a participar, o que só reforçaria e ajudaria a reproduzir sua presença-distante.<sup>72</sup> Quando são trazidos ao debate, como é o caso do microcrédito, é pela percepção de que constituem uma ameaça, sendo comum a explicação de que o microcrédito deve ir para a mulher, sendo esta a garantia de que o homem não vai desviar o dinheiro recebido para o consumo, entre outras coisas, de álcool.

O que nos parece interessante nos exemplos aqui trazidos é refletir sobre como tais ações acabam por fomentar imagens e realidades que pretendem desconstruir, muitas vezes reproduzindo o que ambicionam combater ou superar. Ao construir uma relação causal entre situações de vulnerabilidade econômica e “instabilidade familiar”, operam uma sentença moral a partir de modelos externos que pouco ou nada tem a ver com tais realidades.

## **Sobre matricentralidades e monoparentalidades**

O casal Woortmann, em sólido balanço da literatura sobre monoparentalidade, indica que o debate em torno da “chefia feminina” não é novo,

---

71 Carmem Helena Carvalho da Cruz, “Concepções de maternidades e paternidades no interior de Santiago”, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade de Cabo Verde, Praia, 2013.

72 Destacamos a existência de uma organização internacional com sede em Cabo Verde, a Laço Branco, que se dedica ao universo masculino em campanhas de sensibilização que visam superar o que denominam de masculinidade tóxica. Ver Lobo e Miguel, “Homem é tudo igual!”.

transitando da noção de matrifocalidade como característica de uma organização familiar vinculada às camadas mais pobres da população – no Caribe, Brasil, EUA, mas também na Europa – para as famílias monoparentais como anomia ou problema social.<sup>73</sup> Para nosso objetivo aqui, é particularmente interessante a distinção que os autores estabelecem entre família como ideia-valor e grupo doméstico, entendido como um agregado de pessoas cuja composição geralmente varia ao longo de um ciclo evolutivo e que, em diferentes momentos, pode se configurar de formas variadas. Essa distinção é necessária, pois a família como modelo ideológico pode ser permanente, enquanto o grupo doméstico varia no tempo, sendo a confusão entre tais dimensões uma possível fonte das controvérsias e debates políticos em torno das formas familiares.<sup>74</sup>

Como já discutido, um modo possível de descrever a organização familiar em Cabo Verde é pela noção de matricentralidade, na qual se observaria uma ênfase no núcleo avó-mãe-filhos como nó do sistema, sendo a figura paterna marcada por relativo distanciamento e certa instabilidade.<sup>75</sup> Entretanto, tal afirmação deve ser desvinculada da ideia da monoparentalidade e da marginalidade econômica, sendo resultado de uma história e valores distintos de um modelo de família nuclear supostamente “normal”.<sup>76</sup>

Como pudemos observar, tal perspectiva não parece estar no horizonte dos discursos e programa aqui analisados. Nesse sentido, acabam por reproduzir imagens simplificadoras, homogeneizantes e que reduzem a centralidade feminina às “unidades domésticas chefiadas por mulheres”

---

73 Woortmann e Woortmann, “Monoparentalidade e chefia feminina”, p. 2.

74 Woortmann e Woortmann, “Monoparentalidade e chefia feminina”, p. 3.

75 Não temos espaço para adentrar nas definições e debates teóricos em torno do tema, porém, dadas as distinções entre tais conceitos cunhados para descrever famílias do Caribe, achamos mais adequado afirmar que em Cabo Verde encontramos uma tendência à matrifocalidade. Cf. Lobo, *Tão longe, tão perto*.

76 Acionamos aqui o fato de estarmos diante de uma sociedade formada a partir do tráfico de escravizados, tendo como marca de sua história um passado escravagista, sistema no qual, via de regra, era o marido-pai quem era separado da mulher e dos filhos: mulheres e crianças sendo consideradas como uma unidade, mesmo que apenas de um ponto de vista comercial. Além de outros fatores, como as sistemáticas violências perpetradas pelos homens brancos às mulheres negras.

e estas como fenômenos-problemas relacionados à pobreza e à vulnerabilidade econômica. Portanto, objeto de correção, adequação, normalização.

Como forma de contribuir ao debate, apontaremos, de modo sucinto, alguns aspectos que podem auxiliar a desfazer más compreensões que, na nossa avaliação, estão na base dos dados aqui apresentados.

1) É preciso questionar a conveniência de utilizar a unidade de domicílio (agregado familiar) para delimitar as relações sociais que determinam uma “família”. Isso porque o uso das categorias “domicílio” ou “agregado” não dão conta das redes de parentesco que organizam tal sistema. Como já dito, parentesco não se restringe à consanguinidade,<sup>77</sup> família não implica necessariamente em coabitação e não é um dado da realidade que os laços de afetividade e obrigação se dissolvam com a distância física.<sup>78</sup> Sendo assim, a equivalência entre a noção de família e de grupo doméstico, base para os diagnósticos e ações aqui estudados, parece não expressar as perspectivas dos atores sociais. Tal como dito por Mirna, “família é assim, a gente se ajuda, né?”, sendo a categoria família utilizada por ela para se referir aos irmãos, pais e filhos, e não à sua unidade doméstica – ainda mais em um país em que a família está espalhada (ou diaspORIZADA) pelo mundo.<sup>79</sup>

2) Outro aspecto a salientar é o processual, ou seja, as formas familiares e as relações entre seus membros variam no tempo, não sendo fixas e estáveis.<sup>80</sup> Assim como indivíduos possuem trajetórias cujos papéis sociais variam ao longo do ciclo de vida, as histórias familiares e suas configurações possíveis também acontecem em um ciclo de desenvolvimento.<sup>81</sup> Sendo assim, o tal arranjo monoparental pode ser um momento, uma fotografia na história de vida das mulheres, e não uma sentença.

---

77 Janet Carsten (ed.), *Cultures of relatedness: New approaches to the study of kinship*, Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

78 Lobo, *Tão longe, tão perto*.

79 Para uma ampla descrição sobre as definições de família nesse universo ver Lobo, *Tão longe, tão perto*.

80 Marcelin, “A invenção da família”; Lobo, *Tão longe, tão perto*.

81 Meyer Fortes, *O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico*, Brasília, DF: Ed. UnB, 1974; Carsten, *Cultures of relatedness*.

Retomando a trajetória de Mirna, observamos que ela esteve em uma relação que gerou quatro filhos com o primeiro *pai-di-fidju*, uma fase em que, apesar de ter “sua casa”, vivia com os pais. Na sequência, iniciou um relacionamento com aquele que viria a ser seu segundo *pai-di-fidju* e com o qual não foi “viver junto” inicialmente, dando-lhe sua casa para morar até que este adquirisse as condições de ser apresentado à sua família. Após conflitos e em decorrência da “má conduta” do novo companheiro, Mirna, já avó, decide ficar sozinha, retirando o homem de sua casa. Como classificar o agregado familiar de Mirna? O aspecto processual salta aos olhos revelando a dificuldade das estatísticas em bem traduzir a transitoriedade que marca tais dinâmicas. Mas há ainda um outro fator, o de que a presença do homem no agregado (famílias conjugais) não faz deste chefe, ou seja, não instaura a chefia masculina automaticamente. As descrições das trajetórias de Mirna e de Raquel salientam muito bem esse aspecto, assim como colocam em questão a conjugação entre vulnerabilidade econômica e monoparentalidade.

Se, por um lado, como salienta Celeste Fortes, “casa sem homem é um navio à deriva”,<sup>82</sup> está claro também que a presença masculina não implica em dissolução da matricentralidade que organiza tal sistema. Mesmo porque é preciso ter em mente, como nos salientou Raquel, que a noção de chefia é variável, assim como as relações entre homens e mulheres mudam ao longo dos ciclos individuais e familiares. Portanto – a equação-base dos documentos e ações aqui analisados – que sintetiza que nas camadas pobres haveria uma instabilidade dos laços conjugais derivada da incapacidade do homem de realizar seu papel de provedor – se dissolve. Nesse contexto, a noção de que tal configuração levaria a um alto índice de monoparentalidade e à consequente vulnerabilidade de mulheres e crianças, parece alimentar um mito da desorganização familiar nessa camada da população, uma vez que este é um *a priori*. Tal mito tem se arraigado na produção de políticas e adquire “características de perversidade e estigma

---

82 Fortes, *Casa sem homem*, p. 158.

na medida em que influi no comportamento daqueles que nele acreditam e serve para desqualificar indivíduos e formas familiares”.<sup>83</sup>

Tal como expresso por Saba Mahmood, o argumento aqui desenvolvido será inteligível para aqueles que reconhecem que os termos que as pessoas utilizam para organizar as suas vidas não são uma mera glosa de ideologias universalmente partilhadas acerca do mundo e do lugar de cada um no seu seio, mas são de fato constitutivos de diferentes modalidades de pessoa, conhecimentos e experiências.<sup>84</sup> A partir da observação da pluralidade dos modos de organização e existência social, será possível compreender o “estado da Nação” e pensar caminhos para evitar perspectivas que olham para as famílias cabo-verdianas por uma mirada que não a da anomia, lançando luz sobre problemas estruturais de inaccessão à educação e ao trabalho como fomentadores de desigualdades.

Ao que nos cabe aqui, esperamos ser possível, pela etnografia, ampliar tal percepção, na expectativa de que políticas para populações vulneráveis incorporem de fato as perspectivas dos atores que pretendem atingir. Nesse sentido, ao invés de afirmar que “a pobreza em Cabo Verde é feminina”, talvez fosse mais interessante a afirmação de uma interlocutora de pesquisa – mulher, 68 anos, mãe de 11 filhos, três *pais-di-fidjus* ao longo de sua trajetória, avó de 23 netos – que, em meio a casa cheia de netos ao nosso redor, sintetizou: “a família em Cabo Verde é feminina” (Nha Bia, 2004).

---

Recebido em 28 mar. 2024

Aprovado em 13 maio 2024

---

doi: 10.9771/aa.v0i69.60143



---

83 Ana Maria Goldani, “As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação”, *Cadernos pagu*, n. 1 (1993), pp. 68-110, p. 74.

84 Mahmood, “Teoria feminista”, p. 132

O artigo aborda as relações entre Estado, organizações da sociedade civil e famílias de classes populares a partir do contexto cabo-verdiano. Observa-se, nessas relações, um conjunto de perspectivas morais que ambicionam moldar comportamentos associados a noções de família, gênero e parentesco a partir de determinadas visões de mundo que, embora particulares, se pretendem hegemônicas. Nesse sentido, suas ações têm público e objetivos bem definidos: indivíduos das classes populares, sobretudo mulheres, cujas famílias e suas dinâmicas são classificadas como um “problema a ser resolvido” a partir de uma categoria que está no centro das preocupações dos atores e documentos aqui analisados: as famílias monoparentais femininas – famílias chefiadas por mulheres e nas quais o homem seria o elemento ausente, não exercendo o papel de marido e pai. Com base em dados etnográficos, propomos um deslocamento de uma visão externa e que se pauta por noções de *desvio* – ao estabelecer relação causal entre famílias pobres e “chefia feminina” ou monoparentalidade – para a perspectiva de que nesses contextos as dinâmicas familiares têm a força do feminino.

Etnografia | Cabo Verde | Famílias | Tecnologias de governo | Matricentralidade.

**“POVERTY IN CAPE VERDE IS FEMALE”(?):**

**GENDER, RACE E FAMILY POLITICS IN MATRICENTRAL CONTEXTS**

*The article examines the relationships between the State, organizations of civil society and working-class families in Cape Verde. These relationships involve a set of moral perspectives that seek to shape behaviour related to notions of family, gender, and kinship based on certain worldviews that, although specific, are intended to be hegemonic. In this sense, such perspectives have a well-defined audience, targeting: individuals from the lower classes, especially women, whose families and their dynamics are classified as a “problem to be solved”. One such category is at the centre of the concerns of the actors and documents analysed here: single-parent families headed by women, in which the husband/father is absent. Based on ethnographic data, this paper proposes shifting the perspective from an external one based on notions of deviance – in which female heads of households are seen as the cause of their family’s poverty – to one that understands the strength women bring to family dynamics in these contexts.*

Ethnography | Cape Verde | Families | Government technologies | Matricentrality.